

TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA AGRO.GES AO LONGO DE 2022 - PARTE 1



Com o início do novo ano, procurámos refletir em conjunto sobre os principais trabalhos desenvolvidos pela AGRO.GES ao longo de 2022. Durante o último ano, a AGRO.GES reforçou de forma clara o perfil de empresa especializada, com fortes competências técnicas, de carácter multidisciplinar e inovador, que tem vindo a desenvolver no âmbito da agricultura portuguesa ao longo dos últimos 33 anos. Reconhecemos que o ano passado foi um ano de novos desafios, cada dia mais diversos, e acreditamos que a experiência adquirida serve como elemento fundamental para enfrentar o novo ano que agora começa e que traz consigo novas oportunidades. Dividimos esta reflexão em dois artigos, neste primeiro artigo abordamos alguns dos principais projectos desenvolvidos em 2022.

FRANCISCO AVILLEZ

A VIDA CONTINUA...

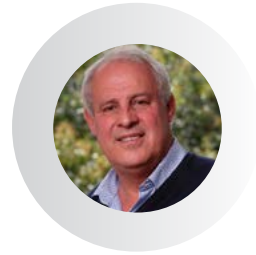
Na minha qualidade de coordenador científico e metodológico da AGRO.GES, pude acompanhar os inúmeros e diversificados trabalhos por ela realizados em 2022, e que muito me fazem estar orgulhoso da qualidade da nossa equipa.

Nalguns casos este acompanhamento limitou-se à análise da metodologia de trabalho adoptada e à leitura crítica dos respectivos relatórios finais, mas noutros este acompanhamento implicou uma colaboração muito mais estreita no desenvolvimento dos estudos elaborados, dos quais gostaria de destacar:

- Avaliação Ex-Ante do PEPAC;
- Planos Estratégicos para as Fileiras do Leite e da Carne dos Açores;
- PRGP do Alto Douro e Baixo Sabor;
- e o livro intitulado "A Sustentabilidade dos Olivais em Portugal".

Enquanto membro da equipa da AGRO.GES, fui convidado e participei em diversos webinars sobre as problemáticas da agricultura e da alimentação e elaborei, em 2022, diversos artigos técnicos dos quais gostaria de destacar:

- "No conjunto dos dois anos em pandemia a Agricultura Portuguesa teve um comportamento económico muito positivo";
- "O impacto da actual escalada de preços sobre a agricultura portuguesa";
- "Crescimento, competitividade e produtividades agrícolas em Portugal nas últimas três décadas";
- "A Agricultura Portuguesa: Caminhos para um crescimento sustentável";
- A Arquitectura Verde do PEPAC: Principais Características e Limitações";
- "A Agricultura portuguesa: Como promover a sua sustentabilidade climática e ambiental".





FRANCISCO GOMES DA SILVA

ENCERRAMOS 2022 A OLHAR PARA 2023

O ano 2022 foi importante para a AGRO.GES. Foi um ano em que apostámos no desenvolvimento de novas áreas, e em que vimos reconhecido o nosso trabalho junto dos nossos clientes e demais stakeholders. Diversificámos, aumentámos e rejuvenescemos a nossa equipa de colaboradores, e crescemos em volume de trabalho, em faturação e em resultados. Foi, pois, um ano bom, que fica gravado na nossa história de 33 anos.

Temos, agora, os nossos olhos postos em 2023, certos de que será mais um ano de enormes desafios para os setores agrícola, florestal e respetivas fileiras, nas quais se integram os nossos principais clientes e parceiros. É o primeiro ano de aplicação da nova PAC, embora ainda de forma limitada. É também o ano em que o esforço de investimento privado nas fileiras de base agrícola e florestal irá continuar, apesar de todas as incertezas e riscos. Apoiar os nossos clientes na gestão destas incertezas e riscos será uma das dimensões mais marcantes da nossa atividade em 2023. Manteremos o nosso foco nas soluções e abordagens centradas na sustentabilidade e profundamente alicerçadas no conhecimento.

2023 será também um ano que trará muitas novidades internas. Procuraremos estar sempre mais perto de todos, aprofundando a nossa comunicação, diversificando a nossa rede de parceiros e alargando o leque dos nossos serviços. Teremos também novidades em relação às nossas instalações.

Para mais um ano de sucesso, contamos com todos vós.

MANUELA NINA JORGE

**PLANOS ESTRATÉGICOS DO LEITE E DA CARNE
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

“Durante o ano de 2022, a AGRO.GES foi convidada pelo Governo Regional dos Açores, através do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA), para elaborar os Planos Estratégicos para as Fileiras do Leite e da Carne dos Açores. Estes planos foram desafiantes, pois permitiram que para a região autónoma dos Açores, os grandes desafios que as fileiras do leite e da carne dos Açores vivem a nível europeu se transformassem em oportunidades. Este trabalho foi realizado no seguimento dos vastíssimos trabalhos que a AGRO.GES tem vindo a desenvolver ao longo dos 33 anos de existência para a Região Autónoma dos Açores.

As fileiras dos bovinos de leite e carne vivem um momento de enormes desafios a nível europeu, decorrente de uma imagem negativa junto da sociedade civil e de decisores políticos, muito focados em aspetos ambientais *per se*. Por um lado, somos confrontados com o objetivo europeu de redução de emissões de GEE, por via do metano e, por outro lado, há uma perceção pública de que os produtos do leite e carne têm um impacto negativo na saúde. Adicionalmente há, por parte do consumidor, uma grande sensibilidade aos aspetos ligados ao bem-estar animal, originando uma visão negativa sobre os sistemas intensivos de produção animal.

Estes fatores têm resultado, a nível nacional e europeu, numa redução no consumo de leite e carne, que muito provavelmente irá agravar-se, considerando as futuras gerações de consumidores e as suas preocupações. Foi neste contexto que no que diz respeito à Fileira do Leite dos Açores a AGRO.GES conclui que para tirar partido das oportunidades identificadas será fundamental:

1. A mudança de paradigma de quantidade para qualidade, iniciado através de um processo de seleção



genética dos animais, irá levar à seleção dos animais mais adequados para cumprirem os objetivos das especificações pretendidas do leite.

2. A caracterização e melhoria do potencial do solo e a quantificação do potencial produtivo de pastagem e forragem irá alavancar um sistema mais suportado por matérias-primas endógenas, com maior sustentabilidade ambiental, que deverá ser acompanhado por animais com a genética mais adaptada, podendo reduzir custos, encabeçamentos e produzir leite com as especificações desejadas.
3. A certificação das explorações como neutras do ponto de vista das emissões de GEE, considerando a capacidade de sequestro de carbono pelo solo, irá também conduzir, em muitos casos, a uma redução do encabeçamento.
4. A melhoria do conhecimento sobre o tipo de leite que se deverá produzir e de que forma permitirá adaptar a produção às necessidades do mercado e da indústria.
5. A valorização do leite com estes atributos permitirá que a indústria o diferencie e premeie os produtores.
6. A criação de produtos lácteos de valor acrescentado com atributos bem comunicados aos consumidores, permitirá que estes possam valorizá-los e preferi-los.

Por sua vez no que diz respeito à fileira da carne para tirar partido das oportunidades a AGROGES conclui, como fundamental:

1. Promover a produção de carne com qualidade objetiva reconhecida com valorização do modo de produção, com sustentabilidade para o produtor e ambiente
2. Implementar a melhoria do maneio alimentar através suplementação da alimentação base constituída pela pastagem, com alimentos grosseiros e alimentos compostos que irão potenciar a melhoria da qualidade objetiva da carne sob o ponto de vista da sua tecnologia de processamento e da sua sápidez, o que condiciona a respetiva valorização comercial e a satisfação dos consumidores.
3. Promover o aparecimento de agentes dinamizadores da reestruturação da fileira da carne (empresas privadas, agrupamentos de produtores).
4. Estudar as alternativas de alimentação forrageira e alimentos grosseiros com base em produção regional ou coprodutos de outras indústrias, já que este tipo de alimentos é essencial no acabamento dos animais e na qualidade objetiva da carne e a redução da incorporação das importações das matérias primas é essencial ao equilíbrio e sustentabilidade ambiental de deste sistema.
5. Promover a adaptação de toda a fileira para a garantia da qualidade objetiva e valorização final da carne, chegando ao consumidor com as suas melhores características e garantindo os atributos diferenciadores que são possíveis obter e potenciar na região (integração do conhecimento ao longo da fileira)."





FRANCISCO CAMPELLO

SUSTENTABILIDADE DOS OLIVAIS EM PORTUGAL

“Dos vários trabalhos em que participei em 2022 destaco o livro que a AGRO.GES preparou para a Fundação Amélia de Mello, no âmbito dos 150 anos do nascimento de Alfredo da Silva, intitulado “A sustentabilidade dos olivais em Portugal - Desafios e Respostas”, que foi editado pela PRINCIPIA em Julho de 2022.

A modernização dos olivais nacionais verificada ao longo das últimas décadas permitiu que Portugal atingisse uma posição de destaque na produção e no comércio internacional de azeite a nível europeu e mundial, ocupando atualmente a posição de quarto maior exportador e de sétimo maior produtor mundial deste produto, sendo o nosso país frequentemente apontado como uma referência no contexto das tecnologias de produção olivícola modernas.

No entanto, este forte crescimento da área de olival moderno, tem levantado alguma discussão pública sobre a sustentabilidade dos sistemas modernos de condução do olival, que muitas vezes se encontra desprovida de fundamentação técnica.

O livro que elaborámos faz uma análise, baseada em informação técnica, dos verdadeiros impactos que o olival moderno tem nas diferentes dimensões da sustentabilidade (económica, ambiental e social), tendo-se concluído que o olival moderno de regadio apresenta níveis de sustentabilidade elevados em todas as dimensões.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, o olival moderno garante uma elevada eficiência na utilização dos recursos (água, adubos e fitofármacos), uma elevada proteção do solo contra a erosão, uma melhoria da sua fertilidade, podendo ainda fixar grandes quantidades de carbono. Na vertente da sustentabilidade social, o olival consegue assegurar níveis importantes de emprego, e o desenvolvimento de atividades económicas a montante e a jusante da produção olivícola, contribuindo para fixação de população nas zonas rurais. Por fim, os elevados níveis de rentabilidade económica obteníveis pelos olivais modernos de regadio, contribuem para viabilidade das explorações agrícolas e asseguram a sustentabilidade económica da cultura.”

PEDRO SERRANO

AVALIAÇÃO EX-ANTE DO PEPAC

“O período de programação da PAC que agora se inicia, para implementação entre 2023 e 2027, é marcado por uma alteração profunda na arquitectura de programação e gestão dos fundos agrícolas (FEAGA e FEADER), com a sua agregação num único instrumento – o PEPAC.

A legislação comunitária determina que, em cada País, o PEPAC seja objecto de uma Avaliação Ex-Ante e de uma Avaliação Ambiental Estratégica, realizadas por uma entidade independente previamente à sua implementação. Em Portugal, a responsabilidade pela execução destas avaliações coube à equipa da AGRO.GES, sob coordenação do Professor Francisco Avillez.

A Avaliação Ex-Ante tem como objectivo acompanhar a elaboração do PEPAC desde o seu início, contribuindo para melhorar a qualidade do Programa, assegurar o seu contributo para os objectivos da PAC e a sua coerência com outras políticas, assim como melhorar a sua adequação à realidade e às necessidades do sector agro-florestal e dos meios rurais em Portugal.



Este foi um trabalho extenso, que se prolongou entre o final de 2020 e meados de 2022, organizado em três etapas sequenciais:

- Análise SWOT e Avaliação das Necessidades – em que foram analisados de forma crítica os Diagnósticos, análise SWOT e identificação das Necessidades;
- Relevância e Coerência Interna – avaliando o contributo do Programa para os objectivos da PAC, a sua coerência interna e externa, os recursos financeiros e sua alocação e as metas e resultados expectáveis;
- Governança e Gestão, Temas Horizontais e Temas Específicos – em que se analisou o sistema de implementação do PEPAC e um conjunto de temas transversais à sua implementação.

Tendo em conta a grande diversidade de temáticas agora abrangidas pelo PEPAC, incluindo pagamentos directos, desenvolvimento rural, medidas de mercado e LEADER, no Continente e nas Regiões Autónomas, esta avaliação requereu a participação de uma equipa alargada de peritos da AGRO.GES, especialistas com grande conhecimento deste conjunto de intervenções, complementada com alguns peritos externos de reconhecida competência. Adicionalmente, foi necessária uma articulação permanente com a equipa que realizou, em paralelo, a Avaliação Ambiental Estratégica.

Esta equipa trabalhou em permanente interacção com o GPP ao longo do processo de programação, oferecendo contributos em diversos momentos que levaram à existência de versões sucessivas dos documentos de programação.

A avaliação de políticas, nomeadamente no âmbito da PAC, é uma área de trabalho que a AGRO.GES desenvolve há mais de 20 anos, tendo coordenado e/ou participado em dezenas de estudos de âmbito nacional, regional e mesmo a nível comunitário. Esperamos, com este trabalho, poder contribuir para uma melhor concepção, implementação e monitorização da aplicação destes instrumentos de política em Portugal.”



JOÃO MARIA CARVALHO
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

“Num período de transição de políticas agrícolas, ao abrigo do PEPAC, este ano finalizou-se um trabalho que exigiu a máxima atenção e que se identifica como o culminar do impacto das políticas ambientais de Portugal na última década.

Desta forma, elaborámos uma avaliação ambiental estratégica para avaliar o impacto ambiental das políticas nacionais atuais e propostas em Portugal.

Neste trabalho foram definidos objetivos e metas, incluindo a identificação de áreas críticas de conservação e a avaliação de políticas relacionadas a questões ambientais específicas, como mudanças climáticas e biodiversidade. A partir daqui foram agregados e analisados dados de diversas fontes, incluindo estatísticas governamentais, estudos científicos e relatórios de organizações não governamentais, identificadas tendências e padrões nos impactos ambientais atuais e potenciais de políticas e planos estratégicos. No final foram apresentadas recomendações para melhorar a eficácia das políticas ambientais atuais e propostas, incluindo medidas para melhorar a eficiência energética, aumentar a proteção da biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, dos quais sugerimos a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir que as políticas e planos implementados estejam de acordo com as metas e objetivos estabelecidos.”

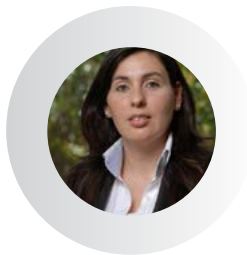
MIGUEL VIEIRA LOPES**PROJECTO MA TUNINGI EM ANGOLA***

“Neste ano que passou, deu-me particular prazer voltar a Angola. Depois de uns anos menos presentes, apesar de nunca termos deixado completamente o trabalho relacionado com Angola, 2022 marcou o nosso regresso em pleno. Em Setembro estivemos envolvidos no projecto MA TUNINGI.



O nosso trabalho consistiu num estudo de diagnóstico estratégico e num estudo de mercado para os produtos de uma comunidade chamada Giraúl de Cima, perto de Moçamedes, na Província do Namibe. Trata-se de uma comunidade rural que produz essencialmente hortícolas, num sistema de rio seco como os que são típicos das províncias do Namibe e de Benguela. Em tempos um grande polo produtor de vários hortícolas, com especial foco no tomate, esta população tem vindo a perder sustentabilidade económica devido à alteração de condições fitossanitárias e técnicas, que o projecto pretende agora ajudar a resolver. Foram encontrados vários problemas técnicos e imperfeições de mercado que podem ser a chave para ajudar estas pessoas a conseguir maior resiliência contra anos agrícolas difíceis e garantir uma actividade sustentável, que garanta a capacidade destes pequenos produtores de gerar mais que o rendimento de sobrevivência para si e para os seus empregados. Acabámos o trabalho no final do ano, com a perfeita noção da nossa importante contribuição para a comunidade do Giraúl de Cima.”

* O projeto MA TUNINGI, implementado pela FEC – Fundação Fé e Cooperação, é uma ação integrada no Programa FRESAN, financiado pela União Europeia e parcialmente gerida pelo Camões, I.P. que pretende contribuir para a redução da fome, pobreza e vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional no Cunene, Huíla e Namibe.

**VERA MARTINS****PROGRAMAS DE APOIO E INCENTIVOS PDR2020 E PORTUGAL 2020**

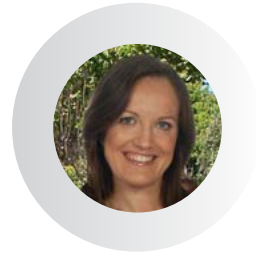
“A concepção de projectos de investimento no âmbito dos programas de apoio e incentivos PDR2020 e Portugal 2020 é uma área de trabalho da AGRO.GES. A AGRO.GES tem uma equipa diversificada e experiente que ao longo do tempo tem acompanhado os vários programas de apoio existentes. O início deste tipo de trabalho dá-se com a partilha de uma necessidade de investimento ou de uma estratégia de investimento pré-definida por parte do cliente. A fase seguinte corresponde ao conhecimento da empresa no que respeita a missão, princípios, cultura e modo de operar. Depois, começa um trabalho intenso para desenhar cenários de enquadramento nas diversas possibilidades existentes, trabalhando para identificar a opção que melhor concretiza os objectivos definidos.

A fase de enquadramento na tipologia de apoio é determinante, uma vez que pressupõe um conhecimento profundo da empresa, assim como dos programas em vigor e respectivas Portarias, Orientação Técnicas, Avisos e Referenciais. Posteriormente, e em estreita colaboração com o cliente, inicia-se a fase de recolha de informação primária que será tratada e trabalhada. Com base nesses elementos constrói-se a memória descritiva do projecto e o plano de negócios. Assegura-se também que todos os requisitos exigidos pela medida de apoio estão preenchidos e se, simultaneamente, estão reflectidos os objectivos do investimento e a essência da empresa.

O processo de construção é muito desafiante, uma vez que começa com uma ideia e permite o acompanhamento de todas as fases até à implementação física. É gratificante conseguir assistir de perto e testemunhar o reforço da viabilidade e competitividade das empresas e explorações agrícolas, a criação de valor e a produção de bens e serviços transaccionáveis com apostas na inovação, formação, capacitação organizacional e ao mesmo tempo preservar o ambiente, assegurar normas, regras e legislação em matéria de ambiente, qualidade, segurança e trabalho.”

NÉLIA AIRES**PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E DE GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)**

“No decurso de 2022, uma equipa multidisciplinar da qual a AGRO.GES fez parte, coordenada pela Quaternaire Portugal, foi responsável pela elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alto Douro e Baixo Sabor (PRGP ADBS).



A elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alto Douro Baixo Sabor (PRGP ADBS) foi determinada pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março. Este programa surge na sequência do reconhecimento e da urgência em intervir em territórios vulneráveis considerados prioritários, e que se possam constituir como referenciais para a “transformação da paisagem, estabelecendo as diretrizes e medidas adequadas para a promoção de novas economias, promovendo a reconversão de espécies e culturas, a multifuncionalidade territorial, o restauro de ecossistemas e o incrementos dos seus serviços”. O PRGP ADBS tem ainda como objetivo “identificar áreas de intervenção prioritárias para o desenvolvimento de operações integradas de gestão da paisagem e esquematizar o quadro de apoios e incentivos ao investimento, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistema”.

O âmbito territorial deste programa setorial abrange 10 freguesias dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Torre de Moncorvo, totalizando uma área de intervenção de 44 647 hectares.

A equipa da AGRO.GES, constituída por vários elementos das áreas de economia agrária e florestal, ficou responsável por efetuar inicialmente um diagnóstico prospetivo das atividades agrícolas e florestais na área de estudo, no qual foram identificadas um conjunto de indicadores de atividade que fomentaram o posterior desenho de cenários de desenvolvimento futuros. Os cenários identificados permitiram assim estabelecer as orientações do programa de ação para os setores agrícola e florestal, evidenciando por um lado a necessidade de otimização das ajudas existentes e previstas no âmbito do PEPAC, mas também promovendo uma maior valorização do território pelo estímulo à implementação de atividades agropecuárias entretanto abandonadas e ao desenvolvimento de uma floresta mais diversificada, multifuncional, mais produtiva e conseqüentemente, que potencie um maior rendimento aos produtores.”

